

# **Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**

**Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas .....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial .....	8
Demonstração do resultado .....	10
Demonstração do resultado abrangente .....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas .....	14



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes**

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 3.12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que, em decorrência do reconhecimento dos efeitos da revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectiva revisão das margens de construção e O&M, incluindo os respectivos efeitos tributários e reclassificação de montantes de adiantamentos de clientes originalmente divulgados como ativo contratual da concessão para a rubrica de contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Adicionalmente, o exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019), preparadas originalmente antes do ajustes descritos na nota explicativa nº 3.12, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de março de 2019. Como parte de nossos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 3.12 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2018 tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

#### Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 5, em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 351.775 mil para a controladora e R\$ 476.981 mil para o consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e sua controladora à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.5, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e suas controladas em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria relacionado à contabilização das receitas de contrato na competência incorreta, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da controlada da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo contratual adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.5, 3.2 e 5 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.





Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', is written over a faint, circular stamp or watermark.

Rita de C. S. Freitas  
CRC 1SP214160/O-5

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

### Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora				Consolidado	
		31/12/2020	Reapresentado 31/12/2019	Reapresentado 01/01/2019	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2019	Reapresentado 01/01/2019
<b>Ativo circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.957	3.384	10.567	14.043	4.262	14.971
Investimentos de curto prazo	4	-	1.154	-	-	1.154	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		4.338	3.186	5.376	4.554	3.843	5.503
Ativo contratual concessão	5	47.214	41.204	41.505	58.787	51.275	52.710
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		9	779	759	11	798	792
Outros tributos compensáveis		62	634	622	182	759	729
Dividendos a receber		1.116	-	-	-	-	-
Outros ativos		2.056	1.880	1.392	2.275	2.211	1.662
		<b>65.752</b>	<b>52.221</b>	<b>60.221</b>	<b>79.852</b>	<b>64.302</b>	<b>76.367</b>
<b>Ativo não circulante</b>							
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		991	990	980	1.040	1.038	1.028
Ativo contratual concessão	5	304.561	259.338	259.222	418.194	370.514	367.747
Outros ativos		1.321	1.338	2.682	4.880	4.994	5.768
Investimentos	6	118.194	113.899	114.741	-	-	-
Imobilizado		17.673	16.801	63	17.752	16.900	101
Intangível		10	13	116	18	19	128
		<b>442.750</b>	<b>392.379</b>	<b>377.804</b>	<b>441.884</b>	<b>393.465</b>	<b>374.772</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>508.502</b>	<b>444.600</b>	<b>438.025</b>	<b>521.736</b>	<b>457.767</b>	<b>451.139</b>

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

### Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
<b>Passivo circulante</b>							
Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil	7	14.056	25.989	22.860	14.072	26.007	22.860
Fornecedores		886	990	754	1.311	1.446	1.219
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.568	2.545	1.254	2.665	2.655	1.345
Outros tributos a pagar		1.390	2.972	3.060	1.488	3.424	3.124
Dividendos a pagar		14.270	16.788	-	14.270	16.788	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	3.140	1.236	2.284	3.910	1.569	2.670
Outros passivos		8.433	3.449	622	8.882	4.006	808
		<b>44.743</b>	<b>53.969</b>	<b>30.834</b>	<b>46.598</b>	<b>55.895</b>	<b>32.026</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil	7	124.026	43.600	50.576	124.053	43.640	50.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	69.650	48.392	48.355	73.444	52.065	52.006
Provisão para contingências	10	7	7		7	107	214
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	20.253	17.246	19.933	27.810	24.674	27.990
		<b>213.936</b>	<b>109.245</b>	<b>118.864</b>	<b>225.314</b>	<b>120.486</b>	<b>130.786</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	12	127.262	120.555	116.130	127.262	120.555	116.130
Reservas de lucro	12	79.750	110.467	148.545	79.751	110.467	148.545
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	12	42.811	50.364	23.652	42.811	50.364	23.652
		<b>249.823</b>	<b>281.386</b>	<b>288.327</b>	<b>249.824</b>	<b>281.386</b>	<b>288.327</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>508.502</b>	<b>444.600</b>	<b>438.025</b>	<b>521.736</b>	<b>457.767</b>	<b>451.139</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	Reapresentado 2019	2020	Reapresentado 2019
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>13</b>	<b>100.489</b>	<b>46.483</b>	<b>116.135</b>	<b>62.165</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>					
Pessoal		(1.683)	(2.094)	(1.727)	(2.156)
Material e serviços de terceiros		(2.406)	(4.403)	(3.633)	(5.949)
Depreciação e amortização		(1.632)	(1.522)	(1.632)	(1.522)
Reversão de contingências		-	-	15	
Outros		(201)	(186)	(236)	(181)
<b>Lucro bruto</b>		<b>94.567</b>	<b>38.278</b>	<b>108.922</b>	<b>52.357</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas					
Pessoal e administradores		(1.251)	(1.216)	(1.499)	(1.475)
Material e serviços de terceiros		(384)	(338)	(521)	(512)
Depreciação e amortização		(66)	(160)	(82)	(181)
Outras despesas e receitas operacionais		(839)	(243)	(850)	(294)
		<b>(2.540)</b>	<b>(1.957)</b>	<b>(2.952)</b>	<b>(2.462)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	<b>6</b>	13.411	13.157	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>105.438</b>	<b>49.478</b>	<b>105.970</b>	<b>49.895</b>
Receitas financeiras	<b>14</b>	2.994	541	3.056	809
Despesas financeiras	<b>14</b>	(7.029)	(8.000)	(7.106)	(8.100)
<b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b>		<b>101.403</b>	<b>42.019</b>	<b>101.920</b>	<b>42.604</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>15</b>	(4.226)	(3.486)	(4.669)	(3.989)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>8 e 15</b>	(21.258)	(32)	(21.332)	(114)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>75.919</b>	<b>38.501</b>	<b>75.919</b>	<b>38.501</b>
Atribuído a acionistas controladores				75.919	38.501
Atribuído a acionistas não controladores				-	-
				<b>75.919</b>	<b>38.501</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>Reapresentado 2019</u>	<u>2020</u>	<u>Reapresentado 2019</u>
Lucro líquido do exercício	75.919	38.501	75.919	38.501
Outros resultados abrangentes				
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>75.919</u></b>	<b><u>38.501</u></b>	<b><u>75.919</u></b>	<b><u>38.501</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)</b>		<b>116.130</b>	<b>23.226</b>	<b>4.425</b>	<b>120.894</b>	<b>23.652</b>	-	<b>288.327</b>
Aumento de capital		4.425	-	(4.425)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	38.501	38.501
Destinação proposta à AGO:								
Reserva legal		-	885	-	-	-	(885)	-
Incentivo fiscal		-	-	6.707	-	-	(6.707)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(16.789)	(16.789)
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(23.652)	-	(23.652)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos		-	-	-	(5.001)	-	-	(5.001)
Reserva de lucro do exercício		-	-	-	-	50.364	(50.364)	-
Absorção reserva de lucro do exercício (Adequação ao Ofício CVM 04/2020)		-	-	-	(36.244)	-	36.244	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)</b>		<b>120.555</b>	<b>24.111</b>	<b>6.707</b>	<b>79.649</b>	<b>50.364</b>	-	<b>281.386</b>
Aumento de capital		6.707	-	(6.707)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	75.919	75.919
Destinação proposta à AGO:								
Reserva legal		-	1.341	-	-	-	(1.341)	-
Incentivo fiscal		-	-	7.485	-	-	(7.485)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(14.270)	(14.270)
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(42.848)	(50.364)	-	(93.212)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	42.811	(42.811)	-
Reserva de lucro do exercício (Adequação ao Ofício CVM 04/2020)		-	-	-	10.012	-	(10.012)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>12</b>	<b>127.262</b>	<b>25.452</b>	<b>7.485</b>	<b>46.813</b>	<b>42.811</b>	-	<b>249.823</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	Reapresentado 2019	2020	Reapresentado 2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	101.403	42.019	101.920	42.604
<b>Itens que não afetam as disponibilidades</b>				
Depreciação e amortização	1.698	1.682	1.714	1.703
Equivalência patrimonial	(13.411)	(13.157)	-	-
Juros e variação monetária	6.917	7.717	6.938	7.759
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	4.911	(2.686)	4.430	(3.314)
Outros itens	-	274	-	369
	<b>101.518</b>	<b>35.849</b>	<b>115.002</b>	<b>49.121</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(1.153)	131	(1.729)	(399)
Ativo contratual da concessão	(51.233)	2.235	(53.238)	716
Impostos a recuperar	1.342	(32)	1.364	(36)
Outros ativos	(159)	873	51	241
<b>Aumento (redução) no passivo</b>				
Fornecedores	(104)	236	(135)	227
Tributos e contribuições sociais a recolher	(3.859)	(354)	(4.072)	(67)
Outros passivos	4.881	1.479	4.762	1.666
Pagamento de contingências	-	7	(100)	(107)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(1.926)	(1.926)	(2.368)	(2.368)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>49.307</b>	<b>38.498</b>	<b>59.537</b>	<b>48.994</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Resgates de investimentos curto prazo	1.154	-	1.154	-
Aplicações de investimentos curto prazo	-	(1.154)	-	(1.154)
Recebimento de dividendos	8.000	13.999	-	-
Aplicações no imobilizado	(2.566)	(6)	(2.566)	(11)
Aplicações no intangível	(1)	(3)	(3)	(5)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>6.587</b>	<b>12.836</b>	<b>(1.415)</b>	<b>(1.170)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(110.000)	(28.654)	(110.000)	(28.654)
Debêntures captados	89.232	-	89.232	-
Amortização e pagamento de juros do debêntures, empréstimos e arrendamentos	(1.328)	(4.378)	(1.328)	(4.378)
Pagamento de debêntures, empréstimos e arrendamentos	(26.225)	(25.485)	(26.245)	(25.501)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(48.321)</b>	<b>(58.517)</b>	<b>(48.341)</b>	<b>(58.533)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.573</b>	<b>(7.183)</b>	<b>9.781</b>	<b>(10.709)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.384	10.567	4.262	14.971
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10.957	3.384	14.043	4.262
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.573</b>	<b>(7.183)</b>	<b>9.781</b>	<b>(10.709)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1. Contexto operacional

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Olímpíadas, 66 - 8º andar - Sala B - Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A ETEP e sua controlada possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão							Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	
ETEP	-	043/2001	30	2031	58.788	IGPM	Sim
ESDE	100%	025/2009	30	2039	14.363	IPCA	Não

(\*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725 de 14/07/2020.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETEP e sua controlada entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa “Ativo contratual da concessão”.

#### 1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia e sua controlada adotaram medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles. A Companhia e sua controlada mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.



## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **1. Contexto operacional-Continuação**

#### **1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia-Continuação**

O negócio da Companhia e sua controlada apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia e sua controlada não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e sua controlada que pudessem requerer divulgação.

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2021.

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-Continuação**

### **2.2. Adoção do Ofício circular CVM 04/2020**

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 e do CPC48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada adequaram suas práticas contábeis, revisitaram as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior. Em decorrência da relevância dos ajustes identificados sobre os saldos de exercícios anteriores, a Companhia está rerepresentando os valores correspondentes, conforme divulgado na nota 3.12.

### **2.3. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

### **2.4. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ETEP e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada.

### **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-Continuação**

### **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-Continuação**

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a ETEP e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

#### Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da ETEP e de sua controlada avaliam o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção e O&M. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-Continuação**

### **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-Continuação**

#### Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

#### Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e sua controlada para precificarem o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a ETEP e sua controlada tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-Continuação**

### **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-Continuação**

#### Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

#### Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

#### PV (Parcela variável)

A Companhia e sua controlada dispõem de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

### **2.6. Critérios de consolidação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da ETEP e sua controlada em 31 de dezembro de 2020. O controle é obtido quando a ETEP estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis da controlada é incluída nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as ações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) no período da empresa controlada.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas- Continuação

### 2.6. Critérios de consolidação-Continuação

A tabela a seguir demonstra o investimento societário que a ETEP detém em 31 de dezembro de 2020:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	
		2020	2019
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Controlada	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

### 3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e sua controlada são classificadas nos seguintes grupos:

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação**

#### **3.1. Reconhecimento da receita-Continuação**

##### **3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura**

Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia e sua controlada utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

##### **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão**

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

##### **3.1.3 Receitas de operação e manutenção**

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação**

#### **3.1. Reconhecimento da receita-Continuação**

##### **3.1.4 Receitas de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido

#### **3.2. Ativo contratual da concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).



## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação**

#### **3.2 Ativo contratual da concessão-Continuação**

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e sua controlada, que varia entre de 7,85% a.a a 11% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

#### **3.3 Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado".

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação**

#### **3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos**

A Administração da ETEP e sua controlada revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, a ETEP e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

#### **3.5. Passivos financeiros**

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

#### **3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **3.7. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a ETEP e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

##### **3.7.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas**

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação

#### 3.8. Arrendamentos

A ETEP e sua controlada avaliam, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ETEP e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

#### 3.9. Tributação

##### 3.9.1. Tributos sobre a receita

As receitas da ETEP e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

##### 3.9.2. Imposto de renda e contribuição social

###### *Correntes*

O imposto de renda e a contribuição social da ETEP são calculados pelo regime de lucro real e sua controlada ESDE é optante pelo regime do lucro presumido.

###### *Diferidos*

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação**

#### **3.10. Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2020**

A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

#### **3.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da ETEP e sua controlada, estão descritas a seguir. A ETEP e sua controlada pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia e sua controlada ainda não concluíram a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Substituição do IFRS 4 - Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro. A entrada em vigor ocorrerá para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato. A entrada em vigor ocorrerá para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022;
- Alterações ao CPC 27IAS 16 - Ativo Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido.

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação**

#### **3.12. Reapresentação de valores correspondentes**

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1). Dessa forma, visando a melhoria na qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e a melhor comparabilidade dos saldos, a ETEP realizou os ajustes retroativos nos balanços patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 04/2020, onde foram reavaliadas: a) as premissas de cálculo do ativo contratual aplicada no contrato de concessão e b) os respectivos efeitos tributários. Adicionalmente, a Companhia reclassificou: c) montantes de adiantamentos de clientes originalmente divulgados como ativo contratual da concessão para a rubrica de contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias. O sumário desses ajustes realizados é apresentado como segue:

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação

#### 3.12 Reapresentação de valores correspondentes-Continuação

Balancos patrimoniais da controladora em 31 de dezembro de 2019 e em 1º janeiro de 2019:

	Ref.	Controladora					
		Originalmente emitido em 31/12/2019	Ajustes	Reapresentado em 31/12/2019	Originalmente emitido em 01/01/2019	Ajustes	Reapresentado em 01/01/2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<u>53.272</u>	<u>(1.051)</u>	<u>52.221</u>	<u>60.221</u>	<u>-</u>	<u>60.221</u>
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		5.235	(2.049)	3.186	5.376	-	5.376
Ativo contratual da concessão	(c)	40.206	998	41.204	41.505	-	41.505
Demais contas não impactadas	(a)/(c)	7.831	-	7.831	13.340	-	13.340
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<u>401.843</u>	<u>(9.464)</u>	<u>392.379</u>	<u>340.996</u>	<u>36.808</u>	<u>377.804</u>
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		990	-	990	980	-	980
Ativo contratual da concessão	(a)	260.089	(751)	259.338	220.690	38.532	259.222
Investimentos	(a)/(b)	122.612	(8.713)	113.899	116.465	(1.724)	114.741
Demais contas não impactadas		18.152	-	18.152	2.861	-	2.861
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>455.115</u>	<u>(10.515)</u>	<u>444.600</u>	<u>401.217</u>	<u>36.808</u>	<u>438.025</u>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<u>53.969</u>	<u>-</u>	<u>53.969</u>	<u>30.834</u>	<u>-</u>	<u>30.834</u>
Contribuições e encargos regulatórios diferidos		1.236	-	1.236	2.284	-	2.284
Demais contas não impactadas		52.733	-	52.733	28.550	-	28.550
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<u>109.748</u>	<u>(503)</u>	<u>109.245</u>	<u>108.288</u>	<u>10.576</u>	<u>118.864</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	48.775	(383)	48.392	40.127	8.228	48.355
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(b)	17.366	(120)	17.246	17.585	2.348	19.933
Demais contas não impactadas		43.607	-	43.607	50.576	-	50.576
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>291.398</u>	<u>(10.012)</u>	<u>281.386</u>	<u>262.095</u>	<u>26.232</u>	<u>288.327</u>
Capital Social		120.555	-	120.555	116.130	-	116.130
Reserva de lucros	(a)/(b)	120.479	(10.012)	110.467	122.313	26.232	148.545
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		50.364	-	50.364	23.652	-	23.652
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>455.115</u>	<u>(10.515)</u>	<u>444.600</u>	<u>401.217</u>	<u>36.808</u>	<u>438.025</u>

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação

#### 3.12 Reapresentação de valores correspondentes-Continuação

Demonstração do resultado da controladora em 31 de dezembro de 2019:

<b>Controladora</b>				
	Ref.	Originalmente emitido em 31/12/2019	Ajustes	Reapresentado em 31/12/2019
<b><u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</u></b>				
Receita operacional líquida	(a)	84.351	(37.868)	46.483
Custo dos serviços prestados		(8.205)	-	(8.205)
(Despesas) receitas operacionais		(1.957)	-	(1.957)
Equivalência patrimonial	(a)/(b)	20.146	(6.989)	13.157
Receitas e despesas financeiras		(7.459)	-	(7.459)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.486)	-	(3.486)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	(8.645)	8.613	(32)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>74.745</u></b>	<b><u>(36.244)</u></b>	<b><u>38.501</u></b>

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação

#### 3.12 Reapresentação de valores correspondentes-Continuação

Balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2019 e em 1º janeiro de 2019:

Consolidado							
	Ref.	Originalmente emitido em 31/12/2019	Ajustes	Reapresentado em 31/12/2019	Originalmente emitido em 01/01/2019	Ajustes	Reapresentado em 01/01/2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		65.353	(1.051)	64.302	76.367	-	76.367
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		5.892	(2.049)	3.843	5.503		5.503
	(c)						
Ativo contratual da concessão		50.277	998	51.275	52.710	-	52.710
	(a)/(c)						
Demais contas não impactadas		9.184	-	9.184	18.154		18.154
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		403.868	(10.403)	393.465	338.071	36.701	374.772
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		1.038	-	1.038	1.028		1.028
	(a)						
Ativo contratual da concessão		380.917	(10.403)	370.514	331.046	36.701	367.747
Demais contas não impactadas		21.913	-	21.913	5.997		5.997
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>469.221</u>	<u>(11.454)</u>	<u>457.767</u>	<u>414.438</u>	<u>36.701</u>	<u>451.139</u>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		55.895	-	55.895	32.026	-	32.026
Contribuições e encargos regulatórios diferidos		1.569	-	1.569	2.670		2.670
Demais contas não impactadas		54.326	-	54.326	29.356		29.356
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		121.928	1.442	120.486	120.317	10.469	130.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	52.745	(680)	52.065	43.834	8.172	52.006
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(b)	25.436	(762)	24.674	25.693	2.297	27.990
Demais contas não impactadas		43.747	-	43.747	50.790		50.790
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		291.398	(10.012)	281.386	262.095	26.232	288.327
Capital Social		120.555	-	120.555	116.130		116.130
	(a)/(b)						
Reserva de lucros		120.479	(10.012)	110.467	122.313	26.232	148.545
Proposta de dividendos adicionais propostos		50.364	-	50.364	23.652		23.652
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>469.221</u>	<u>(11.454)</u>	<u>457.767</u>	<u>414.438</u>	<u>36.701</u>	<u>451.139</u>



## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 3. Sumário das principais práticas contábeis-Continuação

#### 3.12 Reapresentação de valores correspondentes-Continuação

Demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2019:

Ref.	Consolidado		
	Originalmente emitido em 31/12/2019	Ajustes	Reapresentado em 31/12/2019
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			
	<b>107.262</b>	<b>(45.097)</b>	<b>62.165</b>
(a) Receita operacional líquida			
Custo dos serviços prestados	(9.808)	-	(9.808)
(Despesas) receitas operacionais	(2.462)	-	(2.462)
Receitas e despesas financeiras	(7.291)	-	(7.291)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.989)	-	(3.989)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.967)	8.853	(114)
Lucro líquido do exercício	<u>74.745</u>	<u>(36.244)</u>	<u>38.501</u>

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	51	29	103	61
Aplicações financeiras	10.906	4.509	13.940	5.355
	<u>10.957</u>	<u>4.538</u>	<u>14.043</u>	<u>5.416</u>
Caixa e equivalentes de caixa	10.957	3.384	14.043	4.262
Investimento de curto prazo	-	1.154	-	1.154

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, 92,57% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98,28% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 5. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ETEP e da controlada ESDE é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação das linhas de transmissão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

#### Movimentação do ativo contratual da concessão

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019 – (Reapresentado)</b>	<b>300.727</b>	<b>420.457</b>
Receita de operação e manutenção	11.246	14.088
Remuneração do ativo contratual da concessão	39.155	53.234
(-) Parcela variável	137	80
Realização do ativo contratual (recebimento)	(50.723)	(66.070)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 – (Reapresentado)</b>	<b>300.542</b>	<b>421.789</b>
Receita de operação e manutenção	12.412	15.443
Remuneração do ativo contratual da concessão	95.813	109.987
(-) Parcela variável	-	(300)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(56.992)	(69.938)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>351.775</b>	<b>476.981</b>
Ativo contratual da concessão – circulante	47.214	58.787
Ativo contratual da concessão - não circulante	304.561	418.194
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>351.775</b>	<b>476.981</b>

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETEP e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6. Investimentos

#### a) Participação no resultado e patrimônio líquido

	<u>31/12/2020</u>	<u>Reapresentado 31/12/2019</u>	<u>Reapresentado 01/01/2019</u>
<b>Dados Controlada ESDE:</b>			
Total do ativo	132.544	127.066	127.854
Total do passivo	14.350	13.167	13.113
Patrimônio líquido	118.194	113.899	114.741
Receita líquida	15.646	15.682	11.644
Lucro líquido	13.411	13.157	8.508
Quantidade de ações	72.835.845	72.835.845	72.835.845
<b>Participação da ETEP:</b>			
Quantidade de ações	72.835.844	72.835.844	72.835.844
no capital social	100,00%	100,00%	100,00%
<b>no resultado</b>	<u><b>13.411</b></u>	<u><b>13.157</b></u>	<u><b>8.508</b></u>
<b>no patrimônio líquido</b>	<u><b>118.194</b></u>	<u><b>113.899</b></u>	<u><b>114.741</b></u>

#### b) Movimentação dos investimentos durante os períodos apresentados

	<u>ESDE</u>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019 – (Reapresentado)</b>	<u><b>114.741</b></u>
Resultado de equivalência patrimonial	13.157
Dividendos recebidos	(13.999)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 – (Reapresentado)</b>	<u><b>113.899</b></u>
Resultado de equivalência patrimonial	13.411
Dividendos recebidos	(9.116)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u><b>118.194</b></u>

A ETEP reconhece, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o investimento em controlada por meio do método de equivalência patrimonial.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Debêntures

O saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 3ª emissão de debêntures o montante é de R\$57 e R\$35, respectivamente.

	Controladora				Consolidado					
	2020		2019		2020		2019		2019	
	Circulante Encargos	Principal	Não Circulante Principal	Total	Total	Circulante Encargos	Principal	Não Circulante Principal		Total
Debêntures 2ª emissão	-	-	-	-	12.263	-	-	-	-	12.263
Debêntures 3ª emissão	7	10.963	16.496	27.466	38.451	7	10.963	16.496	27.466	38.451
CCB	346	(186)	91.343	91.503	-	346	(186)	91.343	91.503	-
Arrendamento mercantil	-	2.926	16.187	19.113	18.875	-	2.942	16.214	19.156	18.933
	<b>353</b>	<b>13.703</b>	<b>124.026</b>	<b>138.082</b>	<b>69.589</b>	<b>353</b>	<b>13.719</b>	<b>124.053</b>	<b>138.125</b>	<b>69.647</b>

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures e dos arrendamentos mercantis da ETEP:

Controladora							
Condições contratadas							
Financiadores / credores	Empresas operacionais	Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa a.a.	Periodicidade da amortização	
						Principal	Encargos
Debêntures 2ª emissão	ETEP	jul/14	ago/20	69.000	109,75% do CDI	Trimestral	Trimestral
Debêntures 3ª emissão	ETEP (*)	jun/18	jun/23	45.000	112% do CDI	Mensal	Mensal
Banco Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	2,90% + CDI	Mensal	Mensal

(\*) As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2020, atualizado pelo IGPM, era de R\$ 237.097 para a 3ª emissão de debêntures e para a Cédula de Crédito Bancário – CCB Banco Santander.

O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures.

A Administração da ETEP e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas as obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2020, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Debêntures-Continuação

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	13.620	13.633
2022	31.019	31.032
2023	47.336	47.337
2024	24.365	24.365
2025	1.419	1.419
Após 2025	6.267	6.267
	<u><b>124.026</b></u>	<u><b>124.053</b></u>

A movimentação do saldo é conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u><b>73.436</b></u>	<u><b>73.436</b></u>
Ingresso de dívidas	18.325	18.394
Juros e variação monetária	7.691	7.696
Amortização do principal e dos juros	(29.863)	(29.879)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<u><b>69.589</b></u>	<u><b>69.647</b></u>
Ingresso de dívidas	89.232	89.228
Juros e variação monetária	6.814	6.823
Amortização do principal e dos juros	(27.553)	(27.573)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u><b>138.082</b></u>	<u><b>138.125</b></u>

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) – interpretação contratos de concessão, OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Reapresentado		Controladora		31/12/2020
	01/01/2019	Reconhecido no resultado	31/12/2019	Reconhecido no resultado	
<b>Ativo fiscal diferido</b>					
Prejuízo fiscal e base negativa		-	-		-
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(4.375)	350	(4.025)	1.262	(2.763)
Subtotal	<u>(4.375)</u>	<u>350</u>	<u>(4.025)</u>	<u>1.262</u>	<u>(2.763)</u>
<b>Passivo fiscal diferido</b>					
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	-	-	-		-
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	43.679	8.482	52.161	19.783	71.944
Adequação ao Ofício CVM 04/2020	8.228	(8.613)	(385)	385	-
Outros itens	823	(187)	641	(172)	469
Subtotal	<u>52.730</u>	<u>(318)</u>	<u>52.417</u>	<u>19.996</u>	<u>72.413</u>
<b>IRPJ e CSLL diferidos, líquido</b>	<u><b>48.355</b></u>	<u><b>32</b></u>	<u><b>48.392</b></u>	<u><b>21.258</b></u>	<u><b>69.650</b></u>

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos-Continuação

	Consolidado					
	Reapresentado 01/01/2019	Reconhecido no resultado	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2019	Reconhecido no resultado	31/12/2020
<b>Ativo fiscal diferido</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	-	-	-
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(4.375)	350	-	(4.025)	1.262	(2.763)
Subtotal	(4.375)	350	-	(4.025)	1.262	(2.763)
<b>Passivo fiscal diferido</b>						
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	-	-	-	-	-	-
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	47.434	8.807	-	56.241	19.558	75.799
Adequação ao Ofício CVM 04/2020	8.172	(8.853)	-	(681)	681	-
Outros itens	775	(190)	(55)	530	(169)	408
Subtotal	56.381	(236)	(55)	56.090	20.070	76.207
<b>IRPJ e CSLL diferidos, líquido</b>	<b>52.006</b>	<b>114</b>	<b>(55)</b>	<b>52.065</b>	<b>21.332</b>	<b>73.444</b>

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 9. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	Controladora				Consolidado	
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
PIS e COFINS diferidos	12.839	9.466	10.941	17.412	13.543	15.363
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	9.147	7.814	7.837	12.402	11.006	11.038
Pesquisa e desenvolvimento - P&D diferido	-	-	2.108	-	-	2.378
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	1.407	1.202	1.331	1.906	1.694	1.881
	<b>23.393</b>	<b>18.482</b>	<b>22.217</b>	<b>31.720</b>	<b>26.243</b>	<b>30.660</b>
Encargos regulatórios - circulante	3.140	1.236	2.284	3.910	1.569	2.670
Encargos regulatórios - não circulante	20.253	17.246	19.933	27.810	24.674	27.990
	<b>23.393</b>	<b>18.482</b>	<b>22.217</b>	<b>31.720</b>	<b>26.243</b>	<b>30.660</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>23.393</b>	<b>18.482</b>	<b>22.217</b>	<b>31.720</b>	<b>26.243</b>	<b>30.660</b>

### 10. Provisões para demandas judiciais

#### Perda provável:

Na controladora e no consolidado, o montante de R\$7 refere-se a uma causa trabalhista no exercício de 2020. Em 2019, a Companhia e sua controlada não possuíam demandas judiciais ou administrativas com probabilidade de perda classificada como “provável”.

#### Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a ETEP e sua controlada não possuíam demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como “possível”.

### 11. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$611 em 31 de dezembro de 2020 (R\$703 em 31 de dezembro de 2019), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2020, a ETEP não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.



## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 12. Patrimônio líquido

#### 12.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 127.262 (R\$120.555 em 31 de dezembro de 2019), representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		% do capital	
	Integralizadas Ordinárias	Integralizadas Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	13.505.150	9.001.851	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.494.850	8.998.159	49,98%	49,98%
	<b>27.000.000</b>	<b>18.000.010</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

#### 12.2 Reservas de lucro

##### 12.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 25.452 (R\$ 24.111 em 31 de dezembro de 2019).

##### 12.2.2 Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 46.813 (R\$ 79.649 em 31 de dezembro de 2019).

##### 12.2.3 Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 7.486 (R\$ 6.707 em 31 de dezembro de 2019).

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 12. Patrimônio líquido

#### 12.2.4 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ETEP, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora	
	2020	Reapresentado 2019 (*)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>75.919</b>	<b>38.501</b>
Incentivo fiscal	(7.485)	(6.707)
Constituição da reserva legal	(1.341)	(885)
<b>Base de cálculo de dividendos</b>	<b>67.093</b>	<b>30.909</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	(14.270)	(16.789)
Reserva de lucros retidos	-	(50.364)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(42.811)	-
Absorção reserva de lucro do exercício (Adequação ao Ofício CVM 04/2020)	(10.012)	36.244
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) a destinação do resultado foi calculada com base no resultado originalmente apresentado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

### 13. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	Reapresentado 2019	2020	Reapresentado 2019
Receita operacional bruta	108.225	50.401	125.430	67.322
(-) Parcela variável	-	137	(300)	80
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(7.736)</b>	<b>(4.055)</b>	<b>(8.995)</b>	<b>(5.237)</b>
PIS	(706)	(349)	(816)	(452)
COFINS	(3.256)	(1.609)	(3.763)	(2.083)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.814)	(1.394)	(3.254)	(1.805)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(527)	(488)	(661)	(619)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(433)	(215)	(501)	(278)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>100.489</b>	<b>46.483</b>	<b>116.135</b>	<b>62.165</b>

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 14. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2.994</b>	<b>541</b>	<b>3.056</b>	<b>809</b>
Receita de aplicações financeiras	428	417	481	658
Juros ativos	6	24	7	28
Outras receitas financeiras	2.560	100	2.568	123
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(7.029)</b>	<b>(8.000)</b>	<b>(7.106)</b>	<b>(8.100)</b>
Encargos sobre debêntures, empréstimos e arrendamentos	(6.814)	(7.691)	(6.823)	(7.696)
Variação monetária	(102)	(202)	(114)	(239)
Outras despesas financeiras	(113)	(107)	(169)	(165)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(4.035)</b>	<b>(7.459)</b>	<b>(4.050)</b>	<b>(7.291)</b>

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2020	Reapresentado 2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	101.403	42.019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após JCP	101.403	42.019
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	34.478	14.286
( + ) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	15.707	-
( - ) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	(17.681)	(2.749)
(+ / - ) Adição/Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	-	-
Equivalência patrimonial	(4.560)	(4.473)
Despesas e provisões indedutíveis	(550)	(398)
CPC 47 - IN 1753/2017	(14.993)	3.614
Outras	(24)	25
	12.377	10.305
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	21.258	32
Incentivo Fiscal	(7.486)	(6.707)
Lei Rouanet / Esporte / FIA	(315)	(90)
( - ) Exclusão do art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(350)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(22)
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>25.484</b>	<b>3.518</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(4.226)</b>	<b>(3.486)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(21.258)</b>	<b>(32)</b>
<b>Taxa Efetiva</b>	<b>25,13%</b>	<b>8,37%</b>

### 16. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a ETEP não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

## Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 16. Instrumentos financeiros--Continuação

#### a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão é classificado como pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

#### b) Hierarquia do valor justo

A ETEP e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ETEP e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo como nível I.

#### c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ETEP e da sua controlada podem ser assim identificados:

- *Risco de crédito* - a ETEP e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 991 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ETEP e sua controlada mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT e com cláusula de garantia bancária;

## **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **16. Instrumentos financeiros--Continuação**

- *Risco de preço* - a receita da ETEP é, nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e a receita da sua controlada ESDE é nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.
- *Risco de taxas de juros* - a atualização dos contratos de debêntures da ETEP está vinculada à variação do CDI e os contratos de financiamento da ESDE estão vinculados à TJLP;
- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da ETEP e da sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão (DIT) é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da ETEP e sua controlada não consideram relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

### **17. Benefícios a empregados**

A ETEP e sua controlada oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

### **18. Compromissos assumidos**

A ETEP e sua controlada ESDE mantêm contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 138 e R\$62 e (R\$100 e R\$ 12 em 31 de dezembro de 2019).